**SUMÁRIO EXECUTIVO**

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo {{nm\_rpps}}{{uf}} – {{sigla}}, na data-base de {{dt\_focal}}, conforme disposto no art. 3º da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018.

São assegurados pelo {{sigla}} os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial do professor e pensão por morte. Desta forma, em {{dt\_focal}}, data que foi gerada a base cadastral para este estudo, o {{sigla}} possuía um contingente de {{qtda\_ativos}} segurados em atividade, {{qtda\_apos}} aposentados e {{qtda\_pens}} pensionistas.

Ressalte-se que, na data focal desta Reavaliação, os servidores ativos e o município contribuíam para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 22,59%, respectivamente, sendo a contribuição patronal segmentada em 18,16% para o Custo Normal e 4,43% para o Custo Suplementar. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuíam com uma alíquota de 14,00%, incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

Considerando o plano de custeio vigente, as Provisões Matemáticas do {{sigla}} perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R$ 33.439.455,13. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R$ 27.067.059,44 atestamos que tal fundo apresentou um Déficit Atuarial igual a R$ 6.372.395,69. Ainda, sobre a situação financeira do {{sigla}}, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se que o resultado financeiro positivo representa 18,51% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do {{sigla}}, em {{dt\_focal}}, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial. No entanto, recomenda-se manter as alíquotas de Custo Normal e alterar a forma de amortização do déficit atuarial para aportes periódicos.

Sumário

[1. INTRODUÇÃO 4](#_Toc94632106)

[2. BASE NORMATIVA 5](#_Toc94632107)

[2.1 NORMAS GERAIS 5](#_Toc94632110)

[2.2 NORMAS DO ENTE FEDERATIVO 6](#_Toc94632111)

[3. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE 7](#_Toc94632112)

[3.1 DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS 7](#_Toc94632116)

[3.2 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE 8](#_Toc94632117)

[4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO 9](#_Toc94632118)

[1.1 DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS 9](#_Toc94632120)

[1.2 DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS 10](#_Toc94632121)

[1.3 RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO 11](#_Toc94632122)

[5. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS 12](#_Toc94632123)

1. INTRODUÇÃO

Este presente Relatório tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência Social, posicionada em 31 de dezembro de 2017, data focal para o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, bem como da apuração das contribuições necessárias dos servidores e do Ente Federativo, as provisões técnicas, o passivo atuarial, as projeções atuariais de despesas e receitas previdenciárias e as estatísticas referentes aos servidores do município.

Em relação ao aspecto legal, a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, determina que os RPPS têm a obrigação de se basearem em normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir e perenizar o Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) do sistema. Assim como, Emenda Constitucional nº 20/1998, a Emenda Constitucional nº 41/2003 e a Emenda Constitucional nº 47/2005, dentre outros ordenamentos jurídicos, que trouxeram grandes mudanças para os sistemas próprios de previdência social, exigindo organização e constante busca de equilíbrio, solvência e liquidez.

Ainda, a Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, institui novas normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial, bem como a definição de parâmetros para a segregação de massa.

Com o intuito de atuar junto ao Instituto de Previdência Municipal de Pirpirituba - IPAM, no desenvolvimento de ações que objetivem a completa estruturação do sistema previdenciário de seus servidores, adequando-o às novas determinações legais e buscando um modelo otimizado de gestão que permita um total controle do fluxo de despesas previdenciárias, a **INOVE Consultoria Atuarial** foi contratada para a realização da Avaliação Atuarial do exercício de 2020.

Este trabalho contém a análise atuarial necessária para a quantificação das obrigações previdenciárias do plano de benefícios do Governo Municipal de Pirpirituba, verificando sua estabilidade atual e propondo alternativas de custeio que prestigiem o equilíbrio e a perenidade do sistema, por meio de:

1. levantamento do perfil estatístico do grupo de participantes do plano de modo a identificar quais os fatores que mais influenciaram no custo previdenciário;
2. levantamento do custo previdenciário e Provisões Matemáticas necessárias à cobertura dos benefícios previstos no regulamento do plano;
3. comparação entre os ativos financeiros do plano e o passivo atuarial;
4. indicação de formas de amortização do déficit técnico atuarial, caso exista;
5. projeções atuariais de receitas e despesas previdenciárias para um planejamento estratégico com objetivo de manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) no longo prazo.
6. BASE NORMATIVA

A legislação utilizada na elaboração da avaliação atuarial, de que trata o art. 4º da Portaria MF nº 000, de 2018, deverá ser descrita na base normativa do Relatório da Avaliação Atuarial, separada em normas gerais de âmbito nacional e normas locais do ente federativo.

A avaliação atuarial deverá embasar-se nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e na legislação do ente federativo vigentes em 31 de dezembro, mas em caso de legislação publicada até a data de sua realização e ainda não aplicável, o Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os seus impactos para o RPPS e para os resultados apontados.



## NORMAS GERAIS

O trabalho da reavaliação atuarial foi embasado no artigo 40 da Constituição Federal e demais leis infraconstitucionais, Resoluções, Orientações Normativas e Portarias do MF aplicáveis ao assunto, em especial àquelas relacionadas a seguir:

* Constituição Federal (alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nos 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 103/2019) - Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
* Lei nº 9.717, publicada em 28/11/1998 – Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
* Lei nº 10.887, publicada em 21/06/2004 – Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717/1998, 8.213/1991, 9.532/1997, e dá outras providências.
* Lei Complementar nº 152, publicada em 03/12/2015 - Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40da Constituição Federal.
* Portaria MPS nº 204, publicada em 11/07/2008 – Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP e dá outras providências.
* Portaria MPS nº 402, publicada em 11/12/2008 – Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis nº 9.717/ 1998 e nº 10.887/ 2004.
* Portaria MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS por aporte.
* Portaria MF nº 464, publicada em 19/11/2018 e respectivas Instruções Normativas – Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial. – Regras obrigatórias para Avaliações Atuariais do exercício 2020.
* Portaria nº 9, 15/01/2019 - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS.
* Portaria nº 17, publicada em 20/05/2019 - Divulga a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social relativas ao exercício de 2020, posicionadas em 31 de dezembro de 2019.
* Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 - Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).

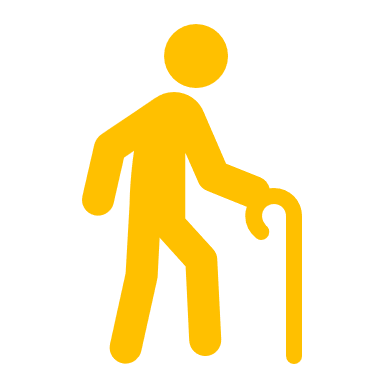
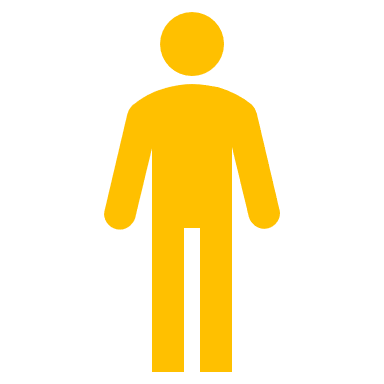
## NORMAS DO ENTE FEDERATIVO

* Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 - Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).
* Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 - Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).
* Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 - Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).

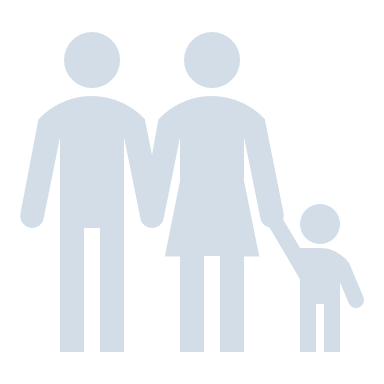
1. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

## DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS

Atualmente o Instituto de Previdência Social possui um plano de benefícios, sendo seus benefícios, plano de custeio e massa de segurados descritos a seguir. Case ressaltar que, à cobertura do sistema previdenciário (elenco de benefícios), o artigo 23 da Portaria MPS nº 402/2008, estabelece que, salvo disposição em contrário na Constituição Federal, o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS não poderá conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS – Regime Geral de Previdência Social. A seguir o plano de benefícios do Instituto de Previdência Social.



1. Aposentadoria por Idade (AID);
2. Aposentadoria Especial para - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio (AESP-P);
3. Aposentadoria Especial para Atividades Prejudiciais à Saúde ou Integridade Física (AESP-AR)
4. Aposentadoria por Tempo de Contribuição (ATC);
5. Aposentadoria Compulsória (ACOM);
6. Aposentadoria por Invalidez (AIN);



1. Pensão por Morte (PM);
2. Auxílio Reclusão (AR).

## CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

1. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

## DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS

**Regime Financeiro de Capitalização**

O Regime Financeiro de Capitalização (Full Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o Plano Previdenciário se verificarão.

Conforme o § 1º do artigo 12 da Portaria MF nº 464/2018, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

Gráfico, Gráfico de barras

Descrição gerada automaticamente

**Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura**

O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (Terminal Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir integralmente as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorrente dos benefícios gerados nesse mesmo período.

Conforme o § 2º do artigo 12 da Portaria MF nº 464/2018, o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como pensão por morte de segurados ativos.

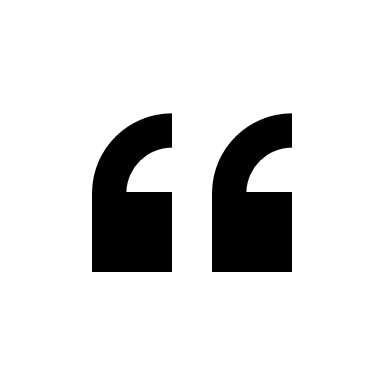
Há formação de provisões apenas quando do fato gerador do benefício, sendo, provisão para benefícios concedidos.

Gráfico, Gráfico de barras

Descrição gerada automaticamente

## DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS

Desta forma, para o cálculo das Aposentadorias e pensões utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de reservas o **“AGREGADO”**.

****Sobre o método supramencionado, segundo a Instrução Normativa SPREV nº 04/2018:

II - em relação à forma de cálculo do custo normal, um método pode ser categorizado como:

(...)

b) agregado, quando não é possível identificar o custo e a alíquota individual de cada segurado, segundo a situação e características de cada um, sendo que o custo normal e a alíquota normal decorrem de um fator médio, tais como anuidade ou período, ponderado pela remuneração de contribuição, idade, tempo de contribuição a decorrer ou outra característica objetiva relativa a cada segurado que fará jus ao para o benefício.

Desta forma, nesta Reavaliação, o Custo Normal do benefício de Aposentadoria Voluntária e Compulsória é definido pela diferença entre soma das alíquotas definidas em Lei e aquelas calculadas atuarialmente, pelo regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, para os demais benefícios, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

## RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO

**O Custo Previdenciário...**

foi apurado utilizando os seguintes regimes financeiros e métodos de financiamento considerando o seguinte modelo de financiamento, demonstrado a seguir, por benefício:



Responsabilidade do Tesouro?

Regime Financeiro

Método de Financiamento



Responsabilidade do Tesouro?

Regime Financeiro

Método de Financiamento

Os benefícios de Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, Aposentadoria por invalidez, Pensão por morte de servidor ativo, Pensão por morte de aposentado válido, Pensão por morte de aposentado inválido, foram calculados utilizando os regimes financeiro e métodos de financiamento em conformidade com o artigo 4 da Portaria MPS nº 403/2008, que determina os regimes e métodos mínimos para cada tipo de benefício



Responsabilidade do Tesouro?

Regime Financeiro

Método de Financiamento



Responsabilidade do Tesouro?

Regime Financeiro

Método de Financiamento



Responsabilidade do Tesouro?

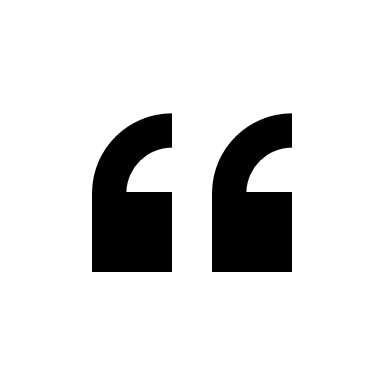
Regime Financeiro

Método de Financiamento

1. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

## TÁBUAS BIOMÉTRICAS

As Tábuas Biométricas são tabelas estatísticas que determinam para cada idade, a probabilidade da ocorrência de algum evento, a saber: morte, sobrevivência, entrada em invalidez, morte de inválido.

****

Conforme o inciso I do artigo 21º da Portaria MF n.º 464/2018, poderão ser utilizadas no cálculo atuarial quaisquer tábuas, desde que não excedam os limites estabelecidos pela tábua atual de mortalidade gerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A tabela abaixo apresenta as Tábuas Biométricas utilizadas neste cálculo atuarial:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Evento Gerador** | **Tábua** |  |
| **Feminino** | **Masculino** |
| **Mortalidade de Válidos**  **(Fase Laborativa)** | IBGE - 2019 Feminino | IBGE - 2019 Masculino |
| **Mortalidade de Válidos**  **(Fase Pós – Laborativa)** | IBGE - 2019 Feminino | IBGE - 2019 Masculino |
|  | IBGE - 2019 Feminino | IBGE - 2019 Masculino |
| **Entrada em Invalidez** |
|  | IBGE - 2019 Feminino | IBGE - 2019 Masculino |
| **Mortalidade de Inválidos** |
|  |  |  |

No que se refere aos cálculos atuariais, quando aplicável à fase laborativa, é adotada a tábua de mortalidade de válidos informada, associada com o decremento da entrada em invalidez e da rotatividade, quando utilizada, para gerar a probabilidade de um segurado vivo e válido vir a falecer antes de completar a idade.

Não foi adotada tábua de morbidez para a presente avaliação atuarial.

## ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS

**Rotatividade**

Trata-se de hipótese relacionada à saída de servidores ativos, seja por desligamento ou exoneração.

Para o presente estudo considerou-se a hipótese de rotatividade como sendo nula e sem efeito sobre a composição da massa de segurados, qual seja, igual a **0,00%**.

A adoção de rotatividade nula se justifica pelo critério do conservadorismo. Por se tratar de Fundo em Capitalização destinado aos servidores públicos de cargo efetivo, historicamente com baixa taxa de rotatividade, e ainda por se ter ciência de que, em caso de desligamento ou exoneração, os recursos acumulados pelo segurado servirão para cobertura de compensações previdenciárias futuras junto a outros regimes de previdência, a adoção desta hipótese poderia gerar perdas atuariais, materializando-se em deficits técnicos e em frustração de recursos no longo prazo.

**Expectativa de reposição de segurados ativos**

Esta hipótese se refere à probabilidade de ingresso de novos servidores na prefeitura e, por conseguinte, o ingresso de novos segurados no RPPS.

Todavia, com base na Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, de 30 de setembro de 2020, em seu item 108.52, não foram apurados os custos correspondentes à geração futura, uma vez que estão dispensados de constarem dos relatórios das avaliações atuariais até que a SPREV edite a Instrução Normativa correspondente à matéria, a qual ainda não se encontra divulgada até a data de elaboração do presente relatório.

## ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS

**Taxa Real de Crescimento da Remuneração por Mérito e Produtividade (*cs*)**

Não foi feito estudo específico para esta hipótese. Desta forma foi considerada a taxa real de crescimento do salário por mérito mínima de **1,00%** ao ano, sendo este o mínimo estabelecido pela Portaria MF nº 464/2018.

**Taxa Real do Crescimento dos Proventos (*cb*)**

Considerou-se a taxa de crescimento real de benefícios de **0,00%** ao ano.

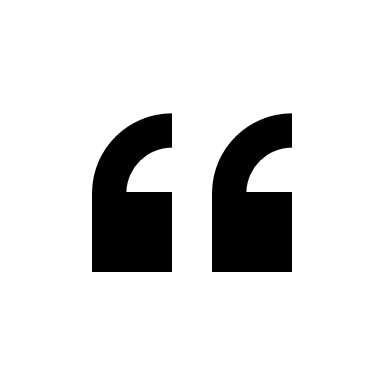
## TAXA DE JUROS ATUARIAL

Corresponde ao retorno esperado das aplicações financeiras de todos os ativos garantidores do RPPS no horizonte de longo prazo que assegure o equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Capitalizado, ou à taxa de juros parâmetro, conforme normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS.

Em conformidade com o art. 26 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, a taxa de juros real a ser utilizada deverá ter, como limite máximo, o menor percentual entre a rentabilidade futura dos investimentos prevista na política anual de investimentos e a taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Desta forma, considerando:

* a meta de rentabilidade disposta na Política de Investimentos do NATALPREV de **5,47%**;
* a taxa de juros parâmetro de **5,45%**, com base na duration do passivo de **23,10 anos**;
* a taxa de juros parâmetro de **5,36%**, com base na duration do passivo de **11,23 anos**, para o Plano Financeiro; e
* a Instrução Normativa nº02/2018, que permite utilizar a mesma taxa de juros do Fundo em Capitalização para o Fundo em Repartição.

****

Conforme art. 26 da Portaria MF nº 464, deverá ser a menor taxa de juros entre Política de Investimentos e a Taxa de Juros Parâmetro.

****

5,47%

**Política de Investimentos**

5,45%

5,45%

****

**Taxa de Juros Parâmetro**

## ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA

**Idade Estimada de Ingresso em algum Regime Previdenciário**

Caso a base de dados não contemple o tempo de serviço anterior dos servidores ativos, adotamos o mínimo entre a idade de admissão como efetivo no município e 25 anos, para todos os servidores.

**Idade Estimada de Entrada em Aposentadoria Programada**

Para a hipótese em questão é calculado a elegibilidade do segurado ativo para um benefício programado, com diferimento de 5 anos. Para isto é levado em consideração suas informações cadastrais, após as devidas correções, e as regras de elegibilidade vigentes.

## COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

Foram utilizadas as informações contidas na base de dados disponibilizada. Na ausência de informações com relação à composição do grupo familiar e estado civil do servidor ativo, adotar-se-á as seguintes hipóteses:

* **GRUPO FAMILIAR:** que o homem se casa, em média, com uma mulher 3 (três) anos mais nova do que ele sendo a recíproca também verdadeira, ou seja, que a mulher se casa, em média, com um homem 3 (três) anos mais velho.;
* **ESTADO CIVIL:** probabilidade de o servidor ativo estar casado conforme experiência desta consultoria. A tabela a seguir apresenta essas probabilidades por idade.

Para a construção dessa experiência foi utilizado um grande banco de dados com mais de 500.000 servidores ativos de diversos RPPS do Brasil (de Estados, Capitais, Municípios de grande, médio e pequeno porte). Para a construção dessa experiência foram selecionadas apenas as bases de dados com qualidade satisfatória nas informações prestadas.

## COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Sobre a compensação financeira, estimou-se utilizando como base o tempo de serviço anterior dos servidores anteriormente à admissão no Município para o RGPS, sendo limitada a 9,00% sobre o Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores Ativos.

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos RGPS, em conformidade com a Portaria MF nº 464/2018 e a Instrução Normativa SPREV nº 9/2018.

## DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES

**Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos**

O fator de capacidade reflete a perda do poder aquisitivo em termos reais ocorrida nos salários ou benefícios, obtidos em função do nível de inflação estimada no longo prazo e da frequência de reajustes.

Dados os referidos efeitos da inflação, ocorrem perdas do poder de compra tanto das remunerações dos segurados ativos como dos benefícios dos aposentados e pensionistas, entre o período de um reajuste e outro. Com isso, a presente hipótese busca, desta forma, quantificar as perdas inflacionárias projetadas. A relação entre o nível de inflação e o fator de capacidade é inversamente proporcional, portanto, quanto maior o nível de inflação, menor o fator de capacidade.

Para a hipótese do fator de capacidade das remunerações e dos benefícios, adota-se uma projeção de inflação, a qual será determinada pela aplicação da seguinte formulação:

Onde,

: Corresponde à hipótese adotada de inflação anual;

: Corresponde à inflação mensal calculada com base na hipótese; n: Corresponde a 12 meses.

Desta forma, foi considerado a projeção de inflação em 4,00%, sendo o fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários e benefícios considerados foi de 98,22%.

**Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na última remuneração**

Para os benefícios a conceder será utilizado como base a última remuneração, para fins de conservadorismo e considerando que não se tem o histórico das remunerações dos servidores e não se sabe qual a média dessas remunerações.

Ainda, para estimar o salário médio na data de concessão do benefício, será considerado que o mesmo corresponde a 70% sobre a última remuneração de contribuição.

**Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPS**

ANÁLISE DA BASE DE DADOS CADASTRAL

RESULTADO ATUARIAL

CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL